DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO BUTANTÃ

6016.2018/0002901-6

PORTARIA Nº 05, DE 18 DE JANEIRO DE 2018

A Diretoria Regional de Educação Butantã, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 2.453/15, com fundamento na Deliberação CME nº 07/14, e do que consta do PA nº 2017-0.120.384-3 expedido a presente Portaria:

Art. 1º - Fica autorizado, em caráter provisório, nos termos do § 3º do art. 7º da Deliberação CME nº 07/14, o funcionamento da Creche Lar Nossa Senhora dos Pobres localizada na Av. Dr. Vital Brasil nº 1.285, Butantã, São Paulo-SP, mantida por Movimento Assistencial do Butantã, CNPJ nº 47.242.938/0001-81, com a finalidade de atender crianças na faixa etária da Educação Infantil definida no Plano de Trabalho da Instituição.

Art. 2º - A autorização de que trata o artigo anterior, encontra-se na conformidade do disposto no artigo 79 da Portaria SME nº 4.548 de 20/05/17 e respaldada na documentação constante do P.A nº 2012-0.282.022-7.

Art. 3º - Esta Diretoria Regional de Educação ficará responsável pela supervisão e qualquer demanda relativa à autorização de funcionamento da instituição.

Art. 4º - Os responsáveis pela instituição ficam obrigados a manter ajustado anualmente seu Projeto Pedagógico às normas que forem baixadas pelo Conselho Municipal de Educação e as demais instruções relativas ao cumprimento da legislação vigente.

Art. 5º - O não cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria pelo mantenedor ensejará a proposta de cassação da presente autorização, na conformidade do disposto na legislação em vigor.

Art. 6º - A autorização mencionada no artigo 1º terá validade de dois anos, a partir da vigência desta Portaria.

Art. 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 06, DE 18 DE JANEIRO DE 2018

A Diretoria Regional de Educação Butantã, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME 2.453/15, com fundamento na Deliberação CME nº 03/97 e Indicação CME nº 04/97, expedido a presente Portaria:

Art. 1º - Fica aprovado o Regimento Escolar da Creche Lar Nossa Senhora dos Pobres, sediada na Av. Dr. Vital Brasil nº 1.285, Butantã, São Paulo-SP, mantida por Movimento Assistencial do Butantã, CNPJ nº 47.242.938/0001-81, autorizada pela Portaria nº 05, de 18/01/18.

Art. 2º - A Diretoria Regional de Educação, responsável pela supervisão da instituição, verificará o fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA SF Nº 21/2018

Dispõe sobre as metas bimestrais de arrecadação da receita do Orçamento para 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e,

Considerando o disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), e

Considerando a aprovação do Orçamento de 2018 pela Lei nº 16.772, de 27/12/2017, publicada no Diário Oficial da Cidade em 28/12/2017;

RESOLVE:

1. Publicar as metas bimestrais de arrecadação para 2018, em atendimento ao disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), de acordo com a tabela anexa.

2. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO

RECEITA CONSOLIDADA

METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO 2018 - EM R\$ MIL

Art. 13 da Lei Complementar 101/2000 - LRF

RECEITAS	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	10.139.667	7.941.465	8.061.673	8.270.890	8.546.509	8.197.011	52.157.215
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.805.474	4.494.005	4.552.569	4.706.415	4.857.287	4.746.523	29.162.272
IPTU	2.774.779	1.656.293	1.480.156	1.473.360	1.546.750	982.498	9.913.837
ISS	2.399.183	2.142.397	2.271.004	2.398.320	2.496.944	2.696.109	14.353.958
ITBI	247.842	309.313	336.524	349.211	377.143	425.554	2.038.588
IRRF	337.562	332.535	396.620	381.039	385.572	587.168	2.420.496
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	66.264	53.467	66.264	153.485	60.877	55.194	435.393
Receitas de Contribuições	889.036	896.853	911.225	926.095	934.190	917.896	5.374.966
Receitas Previdenciárias	511.570	511.864	529.219	540.981	551.335	631.335	3.475.290
Outras Receitas de Contribuições	77.459	84.989	83.007	85.104	82.896	86.251	499.696
Receita Patrimonial	99.135	136.606	163.337	159.730	192.095	333.948	1.086.851
Aplicações Financeiras	66.160	94.327	126.090	122.803	103.209	147.774	660.424
Outras Receitas Patrimoniais	32.975	42.279	39.246	36.927	88.886	186.174	426.427
Receita de Serviços	91.949	97.779	96.543	109.179	99.354	112.682	598.477
Transferências Correntes	3.238.541	2.286.281	2.252.291	2.249.677	2.327.693	2.530.026	14.894.609
Conta-Parte do FPM(*)	43.579	32.012	39.509	42.533	29.277	59.057	245.968
Conta-Parte do CEM(*)	889.009	840.780	1.028.779	1.035.028	1.062.582	1.029.025	5.903.800
Conta-Parte do FVAF(*)	1.139.955	336.744	131.271	131.991	117.421	145.300	2.002.682
Transferências FUNDEB	691.982	623.647	600.033	581.717	593.157	644.201	3.734.638
Outras Transferências Correntes(*)	474.016	452.897	454.700	457.811	505.256	652.443	2.997.122
Demais Receitas Correntes	316.533	329.940	383.709	428.803	435.889	556.246	2.450.120
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	281.704	272.746	329.052	365.442	360.143	394.544	1.979.232
Diversas Receitas Correntes	53.829	57.195	59.657	63.361	75.146	161.702	470.888
RECEITAS DE CAPITAL	87.544	233.923	254.592	304.394	1.299.380	1.993.601	4.173.345
Operações de Crédito	0	0	35.646	29.384	178.133	241.446	481.609
Amortização de Empréstimos	3.895	3.695	3.695	3.695	3.695	3.695	22.110
Alienação de Bens	4.365	1.491	1.784	1.443	44.814	782.149	1.169.569
Transferências de Capital	31.244	177.569	152.800	207.926	290.349	414.978	1.274.866
Transferências da União	27.194	69.143	49.245	98.533	261.358	281.501	786.975
Transferências dos Estados, DF e de suas Entidades	4.050	108.426	103.555	109.393	8.991	111.477	445.891
Outras Transferências de Capital	0	0	0	0	20.990	22.000	42.000
Outras Receitas de Capital	51.160	51.268	60.677	61.956	378.397	631.333	1.234.792
RECEITA TOTAL	10.227.121	8.175.388	8.316.268	8.576.284	9.845.899	11.190.613	66.330.661

(1) Detalhadas em relação ao FUNDEB

Observações: (*) Todos os valores incluem as respectivas receitas intragovernamentais.

(2) Nova classificação da receita orçamentária para 2018 consta no Estatuto de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP 7º edição.

(3) O orçamento de 2018 conta com R\$40 milhões de Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores, que não deram entrada em 2018 mas compõem o Orçamento, que totaliza R\$ 56.370,58 milhões de reais.

GABINETE DO SECRETÁRIO

Portaria SF nº 16, de 19 janeiro de 2018

Altera a Portaria SF nº 44, de 23 de fevereiro de 2015. O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO as recomendações oriundas do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria SF nº 144, de 09 de agosto de 2017, e constante no Processo Administrativo SEI nº 6017.2017/0022602-8,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 3º e o § 7º do art. 4º da Portaria SF nº 44, de 23 de fevereiro de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O servidor deverá:

I – manter atualizada a sua unidade de lotação no sistema para a correta correlação entre as atividades produzidas e as competências da unidade; e

II – incluir no sistema uma fotografia institucional para identificação pessoal.

§1º Quando o servidor estiver prestando serviços em mais de uma unidade, para fins de cumprimento do inciso I do "caput" deste artigo, deverá informar no sistema os trabalhos realizados em cada área em que atuar.

§2º Para fins do inciso II do "caput" deste artigo, entende-se por fotografia institucional aquela utilizada para identificação em documentos públicos, tais como para Carteira Nacional de Habilitação, Passaporte ou Carteira de Identidade, ou ainda, produzida pela Assessoria de Comunicação – ASCOM da SF.

§3º Todos os servidores atualmente lotados em SF deverão cumprir com o inciso II do "caput" deste artigo até o dia 30 de março de 2018.

§4º Os servidores que vierem a ser lotados em SF, bem como os atuais servidores que estiverem afastados nos termos da legislação específica, de modo a impossibilitar o atendimento ao §3º deste artigo, deverão cumprir com o inciso II do "caput" deste artigo no prazo máximo de 30 dias do seu ingresso em SF ou do retorno de seu afastamento.

§5º A ASCOM deverá disponibilizar um cronograma para auxiliar os servidores no atendimento das exigências constantes no inciso II do "caput" e no §3º deste artigo.

ESPORTES E LAZER

GABINETE DO SECRETÁRIO

ASSESSORIA JURIDICA

TID Nº 17302435

1.À vista dos elementos constantes do presente, em especial a manifestação do Departamento de Gestão de Políticas e Programas de Esporte e Lazer – DGPE, às fls. 16, e o parecer da Assessoria Jurídica desta Pasta, nos termos da delegação de competência disposta na Portaria n.º 29/2013-SEME e com fundamento no que estabeleceu os artigos 1º, 3º e 6º do Decreto nº 40.384 de 03 de abril de 2001, AUTORIZO a celebração da parceria proposta pela Dick Sail Cursos de Iatismo Ltda ME, inscrita no CNPJ nº 33.838.678/0001-10, para apoiar a realização do Projeto de Iniciação ao Esporte Vela para jovens de 10 a 18 anos, preferencialmente inscritos em escolas públicas da região da Represa do Guarapiranga, conforme diretrizes e acompanhamento a ser realizado por DGPE.

FAZENDA

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA CONJUNTA 01/18 – PGM/SF, DE 19 DE JANEIRO DE 2018.

O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO E O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei 13.179, de 25 de setembro de 2001, que define os créditos de pequeno valor para os fins previstos no § 3.º do art. 100 da Constituição Federal e art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

RESOLVEM:

I – Considerar-se-á de pequeno valor, no âmbito do Município de São Paulo, o crédito decorrente de sentença judicial transitada em julgado cujo montante, devidamente atualizado, não exceda R\$ 21.027,31 (vinte e um mil e vinte e sete reais e trinta e um centavos), ao tempo em que for requisitado judicialmente.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

"Art. 5º

II – estejam sujeitos ao cumprimento de jornada de trabalho fora do âmbito da competência da Subsecretaria da Receita Municipal – SUREM, enquadrados nos itens 1 e 12 da Tabela Anexa I, e

III – decorram de atividades enquadradas nos subitens 11.4 e 13.1 da Tabela Anexa I.

....." (NR)

"Art. 9º Os afastamentos e licenças considerados de efetivo exercício, referidos no § 1º do artigo 17 da Lei nº 8.645, de 21 de novembro de 1977, com as atualizações posteriores, entre os quais aqueles constantes no art. 64 da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979, deverão ser registrados em sistema eletrônico específico e a gratificação da produtividade fiscal do referido período será calculada pela média dos valores percebidos a esse título nos 3 (três) meses anteriores ao da ocorrência.

Parágrafo único. Sem prejuízo quanto a outros casos expressos constantes na legislação, não são considerados de efetivo exercício:

I – as faltas justificadas ou injustificadas, de acordo com o Decreto nº 24.146, de 02 de julho de 1987; e

II – as licenças para tratar de interesses particulares, de acordo com o art. 153 da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979." (NR)

"Art. 25-A. Não podem ser utilizados para compor o excedente de que trata o artigo 8º-A do Decreto nº 56.132, de 26 de maio de 2015, com as alterações posteriores, os pontos provenientes dos itens 11 e 13 da Tabela Anexa I." (NR)

Art. 2º A Portaria Conjunta SF/SMG nº 03, de 27 de maio de 2015, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

"Art. 9º-A. A designação do AFPM para as atividades previstas nos subitens 11.1, 11.2 e 11.3 da Tabela Anexa I dar-se-á mediante Portaria, expedida por autoridade de grau hierárquico de Diretor de Departamento ou superior, que identificará o escopo do trabalho, o prazo prorrogável para sua conclusão e o subitem em que se enquadrará o cálculo da contribuição individual do servidor.

§1º Havendo a perfeita identificação do escopo do trabalho do grupo ou comissão instituídos nos termos do "caput" deste artigo com as atividades previstas em outros itens específicos das Tabelas I, II e III, anexas a esta portaria, a autoridade competente poderá, alternativamente, determinar que a produtividade dos seus membros seja apurada mediante a atribuição dos pontos previstos para cada tarefa específica.

§2º Não se enquadra nas atividades previstas nos subitens 11.1, 11.2 e 11.3 da Tabela I as forças-tarefas para resolução de expedientes instituídas por autoridade competente, cujos AFPMs integrantes deverão pontuar pela execução das atividades." (AC)

"Art. 9º-B. Considera-se especial para fins de enquadramento no item 11 da Tabela Anexa I, a atividade eventualmente executada que:

I – não permita a aferição da produtividade por critérios objetivos; ou

II – ainda que identificada na Tabela Anexa II ou nos itens 1 e 3 da Tabela Anexa III, o grau de complexidade para a sua execução seja notadamente desproporcional à pontuação estabelecida.

Parágrafo único. O enquadramento previsto no "caput" compete à autoridade de grau hierárquico de Diretor de Departamento ou superior, mediante Portaria de designação que identifique o escopo do trabalho, o prazo prorrogável para a sua conclusão e o subitem em que se enquadrará o cálculo da contribuição individual do AFPM." (AC)

"Art. 9º-C. Para fins de exame de conformidade dos procedimentos, as Portarias mencionadas nesta Seção serão utilizadas para registro da contribuição individual dos servidores em sistema eletrônico de produtividade fiscal, devendo ser mantidas em acervo físico ou digital para posterior comprovação, pelo prazo de 5 (cinco) anos." (AC)

Art. 3º Os itens 2 e 10 da Tabela I anexa à Portaria Conjunta SF/SMG nº 03, de 27 de maio de 2015, passam a ter as seguintes redações:

ATIVIDADE PONTOS

2. Cumprimento de jornada em regime de trabalho interno nas unidades da Subsecretaria da Receita Municipal - SUREM:

2.1. por dia de jornada integral, inclusive por dia compensado quando amparado em ato normativo específico: 60

10. Pontuação, devidamente autorizada pela autoridade competente, pela impossibilidade de realização de atividades em face de feriado, ponto facultativo e dia não útil, exceto ponto compensativo:

10.1. por dia, exceto para AFPM em Teletrabalho: 180

10.2. por dia, para AFPM em Teletrabalho: 216

Art. 4º A Tabela I anexa à Portaria Conjunta SF/SMG nº 03, de 27 de maio de 2015, passa a vigorar acrescida dos itens e subitens abaixo descritos:

ATIVIDADE PONTOS

11. Participação em comissões, grupos de trabalho (exceto grupos de trabalho que equivalem a forças-tarefas para resolução de expedientes), programas de treinamento ou similares, bem como a execução de atividades especiais ou eventuais cuja natureza não permita aferição da produtividade por critérios objetivos ou que a sua realização, embora mensurável objetivamente, tenha complexidade desproporcional à pontuação prevista nas Tabelas II e III, desde que o Auditor Fiscal seja designado por Portaria expedida por autoridade de grau hierárquico de Diretor de Departamento ou superior:

11.1. por dia de participação como coordenador em grupos de trabalho ou similares, sem prejuízo das demais funções: 60

11.2. por dia de participação como membro em grupos de trabalho ou similares, sem prejuízo das demais funções: 40

11.3. por dia de participação como coordenador ou membro, exceto para AFPM em Teletrabalho, em grupos de trabalho ou similares, com prejuízo das demais funções: 180

11.4. por dia, exceto para AFPM em Teletrabalho, de execução de atividade que não permita a aferição da produtividade por critérios objetivos: 180

11.5. por dia de execução de atividade, exceto para AFPM em Teletrabalho, cuja complexidade seja desproporcional à pontuação constante nas Tabelas II e III: 180

11.6. por dia de execução de atividade, para AFPM em Teletrabalho, cuja complexidade seja desproporcional à pontuação constante nas Tabelas II e III: 216

11.7. por dia, limitado a 5 (cinco) no mês, de realização de atividade especial ou eventual por AFPM em Teletrabalho: 216

12. Cumprimento de jornada em regime de Teletrabalho para servidores lotados fora da SUREM, não ocupantes de cargo ou função comissionados, sem prejuízo quanto ao controle do cumprimento da produtividade necessária para manutenção no referido regime por sistema eletrônico próprio:

12.1. por mês, sem a atribuição de pontos previstos em outros itens: 3.600

13. Pontuação decorrente da lotação do Auditor Fiscal recém-empossado, transferido para outra unidade ou exonerado de cargo comissionado, durante o período de sua adaptação às novas atribuições, desde que seja designado por Portaria expedida por autoridade de grau hierárquico de Diretor de Departamento ou superior:

13.1. por dia, obrigatoriamente cumprindo regime de trabalho interno: 180

Art. 5º Os itens 34, 35, 36, 38, 39, 52, 53, 59, 60 e 62 da Tabela I anexa à Portaria Conjunta SF/SMG nº 03, de 27 de maio de 2015, passam a vigorar com as seguintes redações:

34. Análise e instrução de processos relativos à comunicação de indícios de Crimes Contra a Ordem Tributária - CCOT:

34.1. pela análise e instrução documental de expedientes para apuração de eventual crime contra a ordem tributária: 40

34.1.1. pontuação adicional por estabelecimento: 10

34.2. pela elaboração de relatório encaminhado ao Departamento Fiscal: 50

35. Elaboração ou revisão de minuta de qualquer ato normativo ou instrumento jurídico de parceria e congêneres, exceto àquela referida no item 11 da Tabela I, bem como participação na Câmara de Vereadores em defesa dos interesses da Municipalidade:

35.1. pela elaboração de minuta: 240

35.2. pela revisão de minuta não elaborada pelo próprio auditor: 120